sofrerem operações que constituam complemento do fabrico, e das da alínea n) do mesmo número.

3 — O Ministro de Estado e das Finanças e do Plano poderá, em casos excepcionais e devidamente justificados, autorizar a exportação temporária de mercadorias não designadas neste artigo.

Reexportação, baldeação e trânsito

Art. 69.º São livres de direitos as mercadorias reexportadas, baldeadas e em trânsito.

Decreto-Lei n.º 17/83 de 21 de Janeiro

Considerando a necessidade de rectificar a redacção do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 106/81, de 14 de Maio, por a sua manutenção criar inúmeras dificuldades:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É alterado o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 106/81, de 14 de Maio, cuja redacção passa a ser a seguinte:

Art. 3.º Sempre que os condutores dos veículos não apresentem na estância aduaneira de saída o documento comprovativo de que as mercadorias que transportaram para o País foram apresentadas nas estâncias aduaneiras de destino, a saída dos veículos não será autorizada, presumindo-se tais mercadorias descaminhadas aos respectivos direitos de importação, nos termos do artigo 36.º da Convenção TIR de 1975.

Art. 2.º O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Dezembro de 1982. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão — João Maurício Fernandes Salgueiro.*

Promulgado em 11 de Janeiro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO, DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DO TRABALHO E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Decreto-Lei n.º 18/83 de 21 de Janeiro

A Missão Permanente Junto dos Organismos e Organizações Internacionais, com sede em Genebra, criada pelo Decreto-Lei n.º 48 360, de 29 de Abril de 1968, tem vindo, naturalmente, a estender a sua acção a um campo dia a dia mais vasto de solicitações, surgidas pela necessidade de defesa dos interesses de Portugal junto de tais organizações.

Também, por outro lado, a tecnicidade e a especialização dos problemas a tratar exigem que a Missão possa contar com a colaboração de conselheiros técnicos especialistas em questões sectoriais.

Assim:

Considerando a necessidade de dotar a Missão com um especialista permanente nas matérias de trabalho e emprego:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º É criado um lugar de consultor técnico para os assuntos de trabalho e emprego na Missão Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais, com sede em Genebra.

Art. 2.º — 1 — O consultor técnico para os assuntos de trabalho e emprego é nomeado por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, sob proposta do Ministro do Trabalho, em comissão de serviço por 3 anos.

2 — Quando a nomeação recair em funcionário público, não se considera aberta vaga no quadro de origem do funcionário.

3 — O tempo de serviço prestado na Missão considera-se, para todos os efeitos legais, como efectuado no lugar de origem.

Art. 3.º A remuneração a atribuir ao titular do cargo será fixada de acordo com a legislação adequada do Ministério dos Negócios Estrangeiros para situações análogas.

Art. 4.º Os encargos resultantes da aplicação do presente diploma serão suportados por verbas inscritas, para o efeito, no orçamento do Gabinete do Ministro do Trabalho, sendo constituído um fundo permanente para suportar os encargos resultantes do cumprimento das missões atribuídas ao lugar ora criado, no valor de 2 duodécimos da verba anual atribuída.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Dezembro de 1982. — *Diogo Pinto de Freitas do Amaral — João Maurício Fernandes Salgueiro — Vasco Luís Caldeira Coelho Futscher Pereira — Luís Alberto Ferrero Morales — José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.*

Promulgado em 11 de Janeiro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO E DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E PISCAS

Decreto-Lei n.º 19/83 de 21 de Janeiro

No artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 45 151, de 22 de Julho de 1963, são definidos os objectivos do Fundo de Abastecimento, ou seja, efectuar a compensação e garantir a estabilização de preços dos bens essenciais ao consumo público e promover a regularização dos mercados e a melhoria das condições de abastecimento.

As despesas apenas são condicionadas à existência de cabimento em verbas correspondentes ao orçamento aprovado de acordo com o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 39 035, de 15 de Dezembro de 1952.

As condições financeiras do Fundo de Abastecimento, desde então, modificaram-se e actualmente as suas receitas são em grande parte asseguradas por transferências do OGE.

Torna-se, portanto, aconselhável uma conveniente articulação entre a tomada de medidas que originam despesas para o Fundo de Abastecimento e as possibilidades orçamentais.

Por outro lado, torna-se necessário definir nas operações de abastecimento que as despesas a cargo do Fundo de Abastecimento sejam unicamente os resultados das diferenças entre os preços de venda estabelecidos para os produtos abrangidos e o valor das compras, incluindo as despesas normais inerentes às aquisições.

Nestes termos, o Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º As medidas económicas que sejam tomadas que originem despesas ou reduzam receitas para o Fundo de Abastecimento carecem de prévia consulta ao Ministério das Finanças e do Plano, com vista a assegurar-se as possibilidades orçamentais para a sua satisfação.

§ único. O Fundo de Abastecimento não poderá ter responsabilidade por despesas ou encargos a que não tenha dado o seu prévio acordo, ainda que umas ou outros resultem de lei especial.

Art. 2.º As despesas a suportar pelo Fundo de Abastecimento em operações de abastecimento público são unicamente as diferenças entre os preços de venda estabelecidos e o valor das compras dos mesmos produtos, que abrangerão apenas o preço de compra e as despesas normais inerentes àquelas operações.

§ único. Excluem-se das despesas a imputar ao Fundo de Abastecimento quaisquer encargos com prestação de serviços a pagar às entidades que realizem as operações, bem como diferenças cambiais ou encargos financeiros originados por causas alheias aos mecanismos normais de aquisição e pagamento dos produtos, a que o Fundo de Abastecimento não tenha dado o seu expresso e prévio acordo.

Art. 3.º Ficam revogados o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 70/78, de 7 de Abril, o n.º 6 da Portaria n.º 1136/81, de 31 de Dezembro, o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 19/81, de 28 de Janeiro, o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 69/78, de 7 de Abril, e o n.º 3 da Portaria n.º 1133/81, de 31 de Dezembro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Dezembro de 1982. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão — João Maurício Fernandes Salgueiro — Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.*

Promulgado em 11 de Janeiro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Decreto-Lei n.º 20/83

de 21 de Janeiro

Desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 513-Z/79, de 27 de Dezembro (Lei Orgânica da Inspeção-Geral de Finanças), diversas alterações, designadamente legislativas, deram origem à desactualização de algumas das suas disposições.

Assim sucedeu ao nível do posicionamento das carreiras de inspecção aí previstas, hoje claramente desfasadas no cotejo com carreiras idênticas de outros organismos e até com categorias similares nas carreiras gerais, até onde a comparação é possível.

Nestes termos:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único — 1 — Nas carreiras de inspecção previstas no Decreto-Lei n.º 513-Z/79, às categorias de inspector de finanças coordenador, inspector de finanças principal, inspector de finanças e inspector de finanças estagiário passam a corresponder, respectivamente, as letras C, D, E e G da tabela de vencimentos.

2 — As alterações a que se refere o número anterior produzem efeitos automaticamente, sem dependência de qualquer formalidade.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Dezembro de 1982. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão — João Maurício Fernandes Salgueiro — José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.*

Promulgado em 6 de Janeiro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Decreto do Governo n.º 5/83

de 21 de Janeiro

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. São aprovadas a Decisão do Conselho da EFTA n.º 7 de 1982 e a Decisão do Conselho Misto da Associação EFTA-Finlândia n.º 3 de 1982, adoptadas na 12.ª Reunião Simultânea, realizada em 1 de Julho de 1982, que emendam a alínea a) do parágrafo 6-ter do Anexo G à Convenção de Estocolmo, cujos textos em inglês e respectivas traduções para português vão juntos ao presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 21 de Dezembro de 1982. — *Francisco José Pereira Pinto Balsemão — Paulo Henrique Lowndes Marques.*

Assinado em 31 de Dezembro de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Decision of the Council No. 7 of 1982

(Adopted at the 12th Simultaneous Meeting on 1 July 1982)

Amendment of sub-paragraph a) of paragraph 6-ter of Annex G to the Convention

The council,

Having regard to the request of Portugal in view of that country's foreseen accession to the Eu-